

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2020

Senhores Acionistas,

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de vossas Senhorias o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

1. A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 - Prospecção e Oportunidades de Negócios

No início do exercício de 2020, objetivo era realizar o trabalho de visitas nos municípios de todo Estado do Tocantins, porém em meados do mês de março o mercado econômico foi surpreendido por uma crise jamais vista em nível mundial. Até então a Agência já havia visitado alguns municípios e parceria com as prefeituras como: Paraíso do Tocantins, Araguaçu, Formoso do Araguaia, Cariri, Figueirópolis, Gurupi, Dueré, Sandolândia, Peixe, Alvorada e Lajeado, totalizando 11 municípios atendidos. Foi realizado um trabalho de divulgação e atendimento aos empreendedores, oferecendo crédito para os diversos segmentos.

A partir de março, as ações da Agência de Fomento foram voltadas a dar suporte necessário as empresas afetadas pelas medidas restritivas em decorrência do novo covid-19, como também aos empreendimentos informais. A Agência de Fomento se mobilizou e novas estratégias foram adotadas, com o intuito de minimizar os impactos causados pela Pandemia – COVID-19, que vem se estendendo até o presente momento.

E diante desse cenário a Agência de Fomento em consonância com as diretrizes do Governo do Estado, obedeceu pontualmente às recomendações da OMS – Organização Mundial de Saúde em combate a pandemia COVID-19, bem como dos decretos municipais e estaduais.

Em um momento em que se compreende a dificuldade enfrentadas pelos empresários que vem buscando manter seu negócio, a Agência de Fomento vem disponibilizando linhas de crédito emergenciais com flexibilização nas operações de crédito. Isentando neste momento de pandemia as certidões, ampliando do prazo de carência, realização de

análise de empresas com restritivos registrados em período da pandemia. O objetivo é que com o acesso ao crédito as empresas e demais empreendimento consigam se organizarem e se manterem no mercado, como também dar oportunidade para que novos empregos sejam gerados.

No Exercício de 2020 a Agência de fomento procurou pulverizar o crédito de forma que as micros e pequenas empresas, bem como os empreendimentos informais fossem atendidos em todo estado.

Segue as principais ações realizadas:

- ✓ Lançamento da linha de crédito FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo, contemplando as atividades do ramo turístico, com taxas subsidiadas de 5%a.a + Selic e prazo de carência de até 12 meses.
- ✓ Lançamento da campanha Mulheres Empreendedoras em comemoração ao dia das mulheres;
- ✓ Participação do evento “Café com Negócio” realizado pelo Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes);
- ✓ Criação de programa – Dia do Comércio, em comemoração ao dia do comerciante em 16/07/2020. O programa teve duração de 30 dias, onde foram contemplados empreendimentos da categoria, com taxas de juros reduzidas;
- ✓ Criação de Programa de Financiamento aos Taxistas e moto taxistas do Estado do Tocantins – **PROGRAMA MOBILIDADE URBANA**, no âmbito da Linha de Crédito Fomento Turismo, com a finalidade de conceder financiamento de capital fixo, para a aquisição de veículos e motos novas;
- ✓ Inauguração do posto de atendimento na unidade do É PRA JÁ de Araguaína –To;
- ✓ Parceria junto a CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Gurupi, onde foi instituído “Crédito para os Associados”, com taxas de juros reduzidas, a qual vem sofrendo com o impacto da pandemia;
- ✓ Parceria junto ao CRC/TO – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Tocantins, com taxas reduzidas, onde foi instituído “Crédito para os Contadores”;
- ✓ Atendimento na região do Jalapão (Mateiro, São Felix e Mumbuca) com realização de cadastros para acesso ao crédito, popular, linhas de crédito recurso próprio e FUNGETUR.
- ✓ Atendimento em Taquaruçu, levando aos empresários locais as linhas de crédito disponíveis para as atividades locais;
- ✓ Inauguração do posto de atendimento na unidade do É PRA JÁ de Gurupi-To;

- ✓ Parceria junto a CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Palmas, onde foi instituído “Crédito para os Associados”, os quais vem sofrendo com o impacto da pandemia;
- ✓ Prorrogação da parceria junto ao CRC/TO – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Tocantins, onde foi instituído “Crédito para os Contadores”;
- ✓ Disponibilização de Recurso do FDES – Fundo de Desenvolvimento Econômico Social. Crédito destinado para Pessoa Física (autônomos) e MEI – Micro Empreendedor Individual. Taxa subsidiada de 3% a.a. para operações sem restrições e 4% a.a. para operações com restrição, carência de até 06 meses;
- ✓ Atendimento na região do Jalapão (Mateiro e São Felix) com realização de cadastros para acesso ao Crédito Popular – FDES;
- ✓ Atendimento na cidade de Miracema – TO, com realização de cadastros para acesso ao Crédito Popular – FDES.

Foi um ano com muitos desafios, mais os resultados de todo trabalho realizado foram extremamente importantes para a economia tocantinense. A Agência de Fomento mais uma vez demonstrou através das suas ações o seu objetivo principal que é fomentar todo Estado, proporcionando a manutenção de empregos e geração de renda.

2.2 - Operações de Crédito – Recurso Próprio

No exercício de 2020 a Agência de Fomento liberou do seu recurso próprio um total de R\$ 5.926 (mil) em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo diversos segmentos nos principais municípios do Estado proporcionando aquecimento na economia neste período de pandemia provocado pela crise da COVID-19 que já se estende a quase um ano.

Do montante analisados e liberados entre janeiro e dezembro/2020 foi registrado uma média de liberações de R\$ 22 (mil) por empreendedor. Do total de liberações, 43,52% foi destinado para a linha de Comércio e Serviços, 54,34% para o Microcrédito, 0,52% para a indústria e 1,61% Profissional Liberal.

2.3 - Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito

A taxa média de juros ficou em 1,86% a.m. e o prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 38 meses. Do montante de R\$ 5.926 (mil) foram liberados R\$ 5.065 (mil) com carência e R\$ 861 (mil) sem carência, correspondendo a 100% das liberações de crédito.

2.4 - Rating das Operações de Crédito

Das operações de crédito neste exercício, em relação ao montante liberado, 4% estão classificadas no nível de risco "**AA**", 14% estão a de rating "**A**", 37% estão no nível de risco inicial "**B**", 45% estão concentradas no nível de risco operacional "**C**", com uma operação de crédito classificada inicialmente com o nível de risco "**D**", o que não representou percentual (relevante) em relação ao montante liberado.

2.5 - Garantia das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia no ano de 2020, **28%** das operações estão concentradas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos) como garantia das operações, **44%** das operações, estão garantido pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas – FAMPE e **28%** em garantia Fidejussória. Isso demonstra que dos 100% dos créditos liberados de janeiro a dezembro de 2020, **72%** foram avalizados por garantias de melhor liquidez.

2.6 - Operações de Crédito com Recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR

No exercício de 2020 a Agência de Fomento liberou pelo Fundo Geral do Turismo, um total de R\$ 2.741 (mil) em operações de crédito com recurso de terceiro - FUNGETUR, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo o segmento de Turismo nos principais municípios do Estado proporcionando a possibilidade do aumento de renda, dentro de um dos segmentos mais impactados pela crise da COVID-19. Sendo beneficiados com taxa de juros de 5% a.a mais INPC e melhores condições de prazo de amortizações e carências.

Do montante analisados e liberados entre abril e dezembro/2020 foi registrado uma média de liberações de R\$ 46 (mil) por empreendedor.

A taxa de juros ficou em 5% a.a mais INPC, e o prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 44 meses. Do montante, de R\$ 2.741 (mil) foram liberados 100% com carência, de acordo com as regras do Fundo - FUNGETUR.

Das operações de crédito liberado com recursos de Terceiro/Fungetur, os **Rating** ficaram em , **9%** estão classificadas no nível de risco "**A**" 58% estão concentradas as operações de risco "**B**" e 33% estão concentradas no nível de risco operacional "**C**".

Quanto as garantias das operações de crédito com recursos de terceiros, **73%** das operações estão concentradas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), **24%** das operações, estão garantido pelo Fundo de Aval para as

Micros e Pequenas Empresas – FAMPE e como garantias Fidejussória estão os **3%** das liberações do ano de 2020.

2.7 - Operações de Crédito com Recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social - FDES

No exercício de 2020 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 4.065 (mil) em operações de crédito – Crédito Popular - destinado como Crédito emergencial para MEI e pessoa física com atividade informal, atendendo os principais municípios do Estado proporcionando melhorias na economia neste período de pandemia provocado pela crise da COVID-19. Do montante analisados e liberados entre setembro a dezembro/2020, foi registrado uma média de liberações de R\$ 5 (mil) por empreendedor.

2.8 - Análise de Crédito

O Exercício de 2020, realmente foi desafiador para economia tocantinense. E a Agência de Fomento em Consonância com o governo do estado, buscaram através das suas ações impulsionar o acesso ao crédito, principalmente para os micros e pequenas empresas, as mais impactadas pela Pandemia – COVID-19. E foi nesse sentido que de forma responsável a Coordenadoria de Análise desta Agência vem analisando projetos e empreendimentos de forma ágil e segura e que viabiliza a manutenção e geração de renda no comércio tocantinense.

3. GESTÃO DE CRÉDITO

No exercício de 2020 a carteira ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$ 11.705 (mil) superior aos R\$ R\$ 5.476 (mil) do ano anterior, havendo um aumento de R\$ 6.229 (mil) sendo 113% maior.

A Despesa de Provisão para operação de Créditos encerrou o período com R\$ 1.233 (mil), sendo a média mensal de R\$ 102 (mil) correspondendo a uma redução de R\$ 141(mil) com relação aos R\$ 1.374 (mil) provisionados em 2019.

A Reversão de Provisão das Operações de Crédito totalizou em R\$ 327 (mil), resultado positivo, fruto de recebimentos efetivos de créditos inadimplentes que estavam provisionados. Ao receber tais valores, conseqüentemente, aumenta a reversão e reduz o saldo das provisões em carteira ativa.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo registrou um montante de R\$ 744 (mil). Esses créditos são provenientes de cobranças sem êxito no recebimento, mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança e ou ajuizamentos.

Dos créditos que foram baixados como prejuízos foram recuperados R\$ 484 (mil). Os recebimentos desta carteira são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período. A carteira de Créditos

Baixados como Prejuízo é uma carteira que apresenta dificuldade de recuperação, por se tratar de créditos inadimplentes há mais de 360 dias, o que consequentemente diminui as chances de recebimento de uma dívida.

Os créditos renegociados ficaram em R\$ 789 (mil). As renegociações também evidenciam a boa gestão do crédito, por se tratar de créditos que estavam ou poderiam ficar inadimplentes, bem como créditos baixados como prejuízo, que não apresentam perspectivas de recebimento, porém, ao renegociar, renovam-se as chances de recebimento das novas composições de dívida e também migram para a Carteira Ativa.

O saldo das parcelas vencidas até 60 dias fechou em R\$ 202 (mil), vencidas até 90 dias R\$ 48 (mil), vencidas acima de 90 dias R\$ 158 (mil). Parcelas vincendas R\$ 11.297 (mil). Baseado na resolução nº 2682 de 1.999 do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias, considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste exercício somou um saldo de R\$ 11.705 (mil).

A Gestão de crédito tem uma grande preocupação com os clientes que ficam inadimplentes a partir de 01 dia de atraso, uma vez que a prevenção ajuda a evitar prejuízos futuros.

Sendo assim, conclui-se que a Gestão de Crédito vem buscando recuperar prejuízos, cobrar a carteira ativa inadimplente e a prevenção de possíveis atrasos que venham a prejudicar a receita da Agência.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2020 as receitas totalizaram R\$ 2.774 (mil), incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo e as despesas totais no valor de R\$ 5.827 (mil), incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, o resultado líquido acumulado do exercício de 2020, foi um prejuízo de R\$ 3.053 (mil).

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 291 (mil). Ao final do exercício, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 19.703 (mil), estando R\$ 12.663 (mil) aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 7.040 (mil) em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 35.523 (mil). Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 19.703 (mil), correspondente a 55% e carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 10.465 (mil) equivalente a 29% e 16% sendo de outros ativos.

O Passivo Circulante somou R\$ 1.511 (mil), sendo obrigações por repasses a instituições oficiais e outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores. Já o passivo exigível a longo prazo R\$ 10.170 (mil) referente a obrigação por repasses a instituições oficiais.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 23.842 (mil), distribuídos em R\$ 40.103 (mil) de Capital Social subscrito, R\$ 39.996 (mil) Capital Social integralizado, R\$ 153 (mil) de Reserva Legal e R\$ 16.307 (mil) de prejuízo acumulado.

5.1 CAPTAÇÃO DE: APORTES, FUNDOS e RECURSOS DE TERCEIROS - 2020/2021

Cabe ressaltar que diante do quadro que ora se apresenta, os Gestores da Instituição adotaram e estão adotando para o exercício 2021, as seguintes medidas para alavancar as linhas de créditos e aporte de capital.

- a) O Governador autorizou R\$ 10.000 mil destinados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FDES-TO, para financiar as cadeias produtivas da piscicultura e microcrédito. Fomento recebe taxa de administração pela gestão do recurso.
- b) Em 2020 foi disponibilizado R\$ 10.000 mil destinado ao FDES para o Crédito Popular, foi utilizado deste recurso o montante de R\$ 5.000 mil, em 2021 será utilizado os outros R\$ 5.000 mil. Fomento recebe taxa de administração de 0,60% sobre a carteira ativa, pela gestão do recurso.
- c) Foi captado no ano de 2019 o recurso do Ministério do Turismo, denominado FUNGETUR, no montante disponível em conta, aproximado de R\$ 10.634 mil, destinado aos empreendimentos de turismo do Estado do Tocantins. Disponível ainda aproximadamente R\$ 9.000 mil no MTUR para ser solicitado.

5.2 AÇÕES QUE ESTÃO SENDO ADOTAS PELOS GESTORES - 2020/2021

- a) Intensificamos ações junto ao BNDES, FINEP e FNO para obtermos a condição de Agente Repassador dos recursos, FINEP nos tramites finais de análise;
- b) Criar novos produtos de crédito, aumentando o mix do portfólio da Agência, como a exemplo a linha de mobilidade urbana abrangendo taxistas e moto taxistas do Estado, em implantação a linha de crédito para eficiência energética-Energia Solar;
- c) Divulgação das Linhas de Crédito através de diversos meios de comunicação;
- d) Pulverização dos créditos para micro e pequenos empreendedores, diminuindo o risco de concentração de crédito;
- e) Intensificação das prospecções para alavancagem e ações de crédito no interior, através dos correspondente bancário, inicialmente será cadastrado os contadores, através de parceria com o CRC TO, aumentando a capilaridade de atendimento da

Fomento. Hoje possui pontos externos de atendimento, sendo uma em Gurupi e outra em Araguaina, na sede do É Pra Já.

- f) Redução das despesas administrativas através da revisão de contratos de prestação de serviço com fornecedores;
- g) Requalificação do quadro de funcionários;
- h) Os bens dados em dação de pagamento e ou consolidação de dívidas, estão sendo comercializados através da venda direta, em 2020 foram comercializados 3 dos 7 imóveis, os outros 4 imóveis estão com propostas de compra em andamento para análise;
- i) Planejamos e realizamos várias reuniões com órgãos Estaduais e Municipais com o intuito de propor parcerias em prol do desenvolvimento sustentável;
- j) Tomadas de contas;
- k) Novas políticas e critérios de análises de créditos;
- l) Continuidade de ajuizamentos das operações inadimplentes;
- m) Atualização do site institucional;
- n) Redução de despesas;
- o) Efetivação dos mapeamentos de processos e rotinas da Fomento;
- p) Parcerias com Órgãos Estaduais, Federações e Associações Comerciais, voltado para o crescimento econômico.

6. GESTÃO ORGANIZACIONAL

6.1 Gestão de Riscos

A Coordenadoria de Riscos em instituições financeiras atua no processo de gestão integrada de riscos, de acordo com o que está estabelecido na Resolução CMN n.º 4.557 de 23/02/2017. Sendo que, o seu papel é de:

- Orientar, verificar e monitorar os usuários quanto a identificação, mensuração e avaliação dos riscos operacionais e controles internos de cada área;

- Alimentar e verificar no sistema de controle os planos de ação, perdas, e outras informações. Executar e verificar a conformidade das informações necessárias para a realização de avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos;
- Encaminhar e monitorar o relatório ao Coordenador quanto ao posicionamento dos riscos institucionais;
- Lançar e monitorar no sistema de controle os eventos de perda capturados automaticamente ou manualmente pela própria Coordenadoria ou pelas demais áreas;
- Auxiliar, elaborar e monitor o plano de continuidade, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e apresentar ao coordenador;
- Informar através de relatório ao coordenador os planos de ação após a finalização dos ciclos de atividades;
- Elaborar mensalmente relatórios de Riscos de Crédito, Índices de Basileia acerca dos descumprimentos de normas e sugerir revisão dos processos e políticas de gestão de riscos operacionais, sempre que necessário e apresentar ao Coordenador;
- Executar e auxiliar na revisão dos processos e políticas de gestão de riscos operacionais, bem como na divulgação das informações e apresentar propostas de melhorias quanto a revisão da política de riscos tempestivamente;
- Atuar no monitoramento dos processos de crédito quanto à prevenção de lavagem de dinheiro e corrupção, e o controle das operações e limites de riscos operacionais, bem como no que tange a indícios no que se refere a PLD;
- Executar e acompanhar as informações sobre Leis e normas complementares no sistema, bem como a conformidade das normas se está sendo aplicada conforme prevista nas políticas da Instituição;
- Examinar, mediante parecer de liberação prévia, os processos de pagamento de despesa e executar a fiscalização dos contratos realizadas pelos respectivos fiscais designados pelo gestor, recomendando providências imediatas quando da constatação de irregularidades ou ilegalidades;
- Executar o acompanhamento dos controles das licitações, das dispensas e inexigibilidades, dos processos de pagamentos, das prestações de contas, dos convênios e suprimentos de fundos liberados, disponibilizando-os às equipes técnicas de supervisão;
- Elaborar e desenvolver políticas exigidas pelo Banco Central do Brasil e diretrizes para área de riscos e apresentar para aprovação em Assembléia;
- Desempenhar outras atividades correlatas.

A gestão integrada de riscos e capital constitui-se em instrumento fundamental para a sustentabilidade do sistema da Instituição. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle, aprimoramento e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

Há na Agência de Fomento forte espírito no sentido de cumprir de forma integral as diretrizes do apetite a riscos, materializado por meio do gerenciamento integrado de riscos e capital no processo de tomada de decisão, que contribui para a otimização da relação risco versus retorno em suas operações.

As mudanças regulatórias que resultaram da crise têm sido uma contribuição bastante relevante do Regulador no que tange ao impulsionamento das práticas de gestão de riscos. Soma-se a isso a complexidade trazida pela redução das taxas de juros, a trajetória de crescimento econômico e novos riscos emergentes como o cibernético assim como mudanças geopolíticas para se chegar a um cenário de desafios para a construção de um arcabouço de gestão de riscos mais refinado e moderno. Alinhado a essa perspectiva, a Agência de Fomento investe no aperfeiçoamento contínuo de sua equipe, dos processos e das práticas de gestão integrada de riscos e capital, em consonância com os referenciais internacionais de mercado, de regulação e de supervisão. A Agência de Fomento busca manter-se continuamente alinhado às boas práticas de gestão de riscos com abrangência multidimensional.

6.2 Controles Internos

No âmbito dos Controles Internos, conforme resolução do BACEN nº 2.554/1998 e atualizações deve-se realizar o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da Instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como assegurar que quaisquer desvios da rotina e processos nas atividades da Instituição possam ser prontamente corrigidos. Assim, para atingir esses objetivos o processo vem sendo desenvolvido em cinco etapas: Identificação de Riscos; Avaliação dos Riscos e Controles; Análise da Exposição Residual; Posicionamento; Monitoramento.

O Controle Interno também tende a assegurar que a organização busque sempre atingir seus objetivos com integridade e eficiência, que todos os seus dados e informações sejam confiáveis, precisos e ainda que suas atividades sejam praticadas em conformidade com as normas e regulamentos internos e externos.

Este é o modelo que passou a ser adotado pela Fomento/Tocantins com o intuito de controlar suas atividades, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e assegurar a conformidade e o cumprimento das normas legais/regulamentares a elas aplicáveis.

6.3 Ouvidoria

A Ouvidoria da Agência de Fomento foi implantada em 30 de novembro de 2007 com a finalidade de atender ao que determina a Resolução BACEN nº. 4.433, de julho de 2015,

e com o disposto em Circular 3.503/2010. A Ouvidoria tem como objetivo aprimorar o atendimento entre a instituição e o cliente, bem como cuidar para que suas legítimas demandas sejam sempre tratadas com isenção, respeito e transparência, agregando valor à imagem da Instituição e, principalmente, reduzindo litígios.

A estrutura da Ouvidoria está descrita no Manual de Ouvidoria através da Resolução Fomento nº. 157/2018, bem como as diretrizes e metodologia de trabalho as quais estabelecem sua forma de atuação. A Instituição disponibiliza aos clientes os meios de comunicação, como, correios; e-mail; site institucional; sistema FALA.BR e telefone 162, conforme prevê a legislação.

A Agência de Fomento vem cumprindo com o exigido pelo órgão fiscalizador, e com as normas que regem esse canal de Ouvidoria, destacando-se que, no mencionado período, houve **05 (cinco) demandas pertinentes à Ouvidoria** e dentro desse período foram respondidos e concluídos todos os registros.

7. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A; subordinada diretamente ao Conselho de Administração, supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria e ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança, a eficiência e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

As atividades da auditoria estão estruturadas de acordo com o disposto na Resolução CVM-BACEN nº. 4.588/2017 e nas Resoluções nº 184/2019 e 203/2020; da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A.

Os trabalhos de auditorias preventivas, corretivas e de rotina, realizados nas diversas áreas da instituição, objetivam a inibição de possíveis fraudes contra o patrimônio e as finanças da organização, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e externas, assegurando que os procedimentos adotados estejam aderentes às políticas definidas e à legislação vigente.

No que concerne a estratégia de atuação da auditoria interna, cabe informar que, para cada exercício, é elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e, efetivamente materializada no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT e nos Relatórios Semestrais.

Os trabalhos planejados pela auditoria interna, tem como base os critérios de materialidade, relevância e risco, que permeiam todos os eixos de atuação, viabilizando a

elaboração e apresentação à alta direção dos relatórios das auditorias, que contém recomendações voltadas para mitigação de riscos ou falhas, que são discutidas e elaboradas em conjunto com os responsáveis das áreas auditadas.

As recomendações exaradas pela auditoria, no exercício de 2020, obtiveram êxito em sua implementação, impactando positivamente no gerenciamento dos macroprocessos.

Portanto, a Auditoria Interna, no exercício de 2020, atuou no cumprimento das suas competências regimentais ao assistir à Instituição na consecução dos seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos e ao assessorar às diversas unidades organizacionais da Agência, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada com o processo de gestão e adequando-se ao cronograma de trabalho instituído.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse exercício e registradas no presente Relatório de Administração demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada às diversas regiões e setores do território tocantinense. Desta forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como indutora e articuladora para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

9. RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança e a colaboração do Governo do Estado e dos demais Acionistas, bem como do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que foram fundamentais para o andamento das atividades. Finalmente, agradece também aos funcionários que de forma consciente abraçaram o desafio das novas diretrizes para se fazer cumprir a missão da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas - TO, 10 de fevereiro de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS

Diretor Operacional

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019

				Em R\$ mil	
ATIVO	Notas	2020	2019		
CIRCULANTE		21.032	13.066		
DISPONIBILIDADES	3.a	38	18		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.1	12.663	6.028		
LIVRES		12.663	6.028		
Cotas de Fundos de Investimento		12.663	4.301		
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculado ao Banco Central		-	1.727		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		3.430	2.164		
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	4.2 a	4.670	3.242		
(-) Provisão para Operações de Crédito	4.2 d	(1.240)	(1.078)		
OUTROS CRÉDITOS		42	1		
OUTROS VALORES E BENS	4.3	4.859	4.855		
Bens em Regime Especial		-	4.893		
Bens Não de Uso Próprio		4.893			
(-) Prov. Dev. Outros Valores e Bens		(104)	(104)		
Outros Bens		70	66		
NÃO - CIRCULANTE		14.491	2.835		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.075	2.318		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		7.040	84		
LIVRES		7.040	84		
Títulos de Renda Fixa - LFT	4.1	7.040	84		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.2 a	7.035	2.234		
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		7.035	2.234		
PERMANENTE		416	517		
INVESTIMENTOS		1	1		
IMOBILIZADO DE USO - Líquido	4.4	400	501		
Imobilizado de Uso		1.718	1.683		
Depreciações Acumuladas		(1.318)	(1.182)		
INTANGÍVEL - Líquido	4.4	15	15		
Ativos Intangíveis		224	224		
Amortizações Acumuladas		(209)	(209)		
TOTAL DO ATIVO		35.523	15.901		

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019

PASSIVO	Notas	Em R\$ mil	
		2020	2019
CIRCULANTE		1.511	507
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	491	-
FUNGETUR		491	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6	1.020	507
Cobranças e arrecadações		-	4
Fiscais e Previdenciárias		189	127
Diversas		831	376
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		10.170	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	10.170	-
FUNGETUR		10.170	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.842	15.394
CAPITAL		39.996	28.494
De Domiciliados no País	8.1	40.103	28.533
Ações Ordinárias		40.103	28.533
CAPITAL A REALIZAR (-)		(107)	(39)
Capital a Realizar (-)		(107)	(39)
RESERVAS DE LUCROS		153	153
PREJUÍZO ACUMULADOS		(16.307)	(13.253)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		35.523	15.901

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019

DISCRIMINAÇÃO	Notas	Em R\$ mil			
		2º Semestre de 2020	2020	2º Semestre de 2019	2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		948	1.659	760	1.556
Operações de Créditos		793	1.368	604	1.215
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.1	155	291	156	341
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9	(326)	(510)	137	(571)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(456)	(907)	137	(467)
Provisão desvalorização de outros valores e bens		-	-	-	(104)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		188	484	-	-
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(58)	(87)	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		622	1.149	897	985
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.137)	(4.202)	(2.183)	(4.271)
Receitas de Prestação de Serviços	10	218	286	52	60
Despesas de Pessoal e Honorários	11	(1.446)	(2.814)	(1.385)	(2.528)
Outras Despesas Administrativas	12	(726)	(1.420)	(711)	(1.525)
Provisões Passivas	13	(59)	(59)	(112)	(112)
Despesas Tributárias	14	(85)	(141)	(46)	(121)
Outras Receitas Operacionais	15	8	18	36	56
Outras Despesas Operacionais	16	(47)	(72)	(17)	(101)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO/DIVIDENDOS					
Nº de Ações:		6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
Lucro Líquido por ação:		(0,253)	(0,509)	(0,214)	(0,548)
Valor Patrimonial da Ação		3,97	3,97	2,57	2,57

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações cor

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019

DISCRIMINAÇÃO	Notas	Em R\$ mil			
		2º Semestre de 2020	2020	2º Semestre de 2019	2019
RESULTADO LÍQUIDO	17	(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Discriminação	Em R\$ mil			
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS - RESERVA LEGAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	26.789	153	(9.941)	17.001
Resultado do período	-	-	(2.000)	(2.000)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019	26.789	153	(11.941)	15.001
MUTAÇÕES DO PERÍODO			(2.000)	(2.000)
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	1.710			1.710
Capital a Realizar (-)	(5)			(5)
Resultado do período			(1.286)	(1.286)
Ajuste de exercício anterior			(26)	(26)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.494	153	(13.253)	15.394
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.705		(1.312)	393
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	11.569			11.569
Capital a Realizar (-)	(4.269)			(4.269)
Capital Realizado	2			2
Resultado do período			(1.538)	(1.538)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020	35.796	153	(14.791)	21.158
MUTAÇÕES DO PERÍODO	7.302		(1.538)	5.764
Capital Realizado	4.200			4.200
Resultado do período			(1.515)	(1.515)
Ajuste de exercício anterior			(1)	(1)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	39.996	153	(16.307)	23.842
MUTAÇÕES DO PERÍODO	4.200	-	(1.516)	2.684

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019
Metodo Indireto

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil			
	2º Semestre de 2020	2020	2º Semestre de 2019	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.156)	(3.084)	(3.631)	(3.934)
Prejuízo Líquido do exercício	(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)
Ajustes para reconciliar o resultado liq. ao caixa gerado pelas Ativ. operacionais:				
Depreciação e amortização	68	136	73	208
Baixa do Imobilizado	-	-	-	-
Ajuste de Exercício anterior	(1)	(1)	(26)	(26)
Prejuízo ajustado	(1.448)	(2.918)	(1.239)	(3.104)
Redução (aumento) de ativos	(5.339,00)	(11.340)	(2.237)	(812)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários	(600)	(5.229)	(1.729)	(1.732)
Redução (aumento) das Operações de Crédito	(4.748)	(6.066)	(569)	804
Redução (aumento) dos Outros Créditos	21	(41)	55	-
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens	(12)	(4)	6	116
Aumento (redução) de passivos	5.631	11.174	(155)	(18)
Aumento (redução) Obrigações por repasses do país	5.335	10.661	-	-
Aumento (redução) Outras Obrigações	296	513	(155)	(18)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	4.200	11.502	1.705	1.705
Aumento de capital	4.200	11.502	1.705	1.705
	-	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(10)	(36)	(18)	(18)
Aplicações no imobilizado	(10)	(36)	(18)	(18)
Aplicações no intangível	-	-	-	-
Aumento/(redução) do Caixa e equivalentes de caixa no período	3.034	8.382	(1.944)	(2.247)
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-			
No início do exercício	9.667	4.319	6.263	6.566
No fim do exercício	12.701	12.701	4.319	4.319
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	3.034	8.382	(1.944)	(2.247)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

**DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2020**

ACIONISTA	C N P J	TIPO DE AÇÕES	PARTIC. %	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	01.786.029/0001-03	O.N.	99,40	5.964.000	39.862.188,84	
SINDUSCON - SIND. DAS IND. DA CONSTRUÇÃO CIVIL	25.063.306/0001-18	O.N.	0,10	6.000	40.102,81	11.569,42
FIETO - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS	25.063.421/0001-92	O.N.	0,10	6.000	40.102,81	11.569,42
FAET - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA	25.092.230/0001-59	O.N.	0,10	6.000	40.102,81	13.279,68
FECOMÉRCIO - FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO	37.344.793/0001-76	O.N.	0,10	6.000	40.102,81	11.569,42
FACIET - FED. DAS ASSOC. COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	25.043.076/0001-25	O.N.	0,10	6.000	40.102,81	28.709,66
SICON - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÃO	25.063.314/0001-64	O.N.	0,10	6.000	40.102,81	30.419,92
TOTAL DE AÇÕES			100,00	6.000.000	40.102.805,70	107.117,52

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coodenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis dos Exercícios 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao exercício de 2020, foi dada pela Diretoria em 20 de janeiro de 2021.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de com as normas do Banco Central quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

d) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas e para processos classificados como Perda remotas para as quais não efetuamos provisões ou divulgação.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

4 - ATIVO

4.1 - Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais.

Categoria	Prazos	31/12/2020		31/12/2019	
		Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
Titulos Públicos Federal - Vinculado ao Banco Central aumento de capital	01/03/2020	-	-	1.727	16
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	12.663	183	4.301	321
Total Circulante		12.663	183	6.028	337
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	5.888	95	-	-
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	1.152	13	84	4
Total Não Circulante		7.040	108	84	4
Total de Títulos e Valores Mobiliários		19.703	291	6.112	341

Os valores de R\$ 5.888 (mil) e R\$ 1.152 (mil) registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem respectivamente a 547 títulos com vencimento em 01/09/2021 e 107 títulos com vencimento em 01/03/2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diário apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

A aplicação de R\$ 12.663 (mil) em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no exercício de 2,24% correspondente a 82% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica:

Setor Privado	31/12/2020			31/12/2019		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	2.063	2.409	4.472	2.445	1.397	3.842
Microcrédito	2.124	2.322	4.446	789	837	1.626
Turismo	469	2.287	2.756	8	-	8
Indústria	14	17	31	-	-	-
Total	4.670	7.035	11.705	3.242	2.234	5.476

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	31/12/2020		31/12/2019	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	84	1	197	3
A	Até 14 dias	1.108	10	712	13
B	15 e 30 dias	3.950	34	1.303	24
C	31 e 60 dias	4.448	38	2.064	38
D	61 e 90 dias	740	6	90	2
E	91 e 120 dias	377	3	116	2
F	121 e 150 dias	157	1	76	1
G	151 e 180 dias	149	1	-	-
H	Acima de 180 dias	692	6	918	17
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		11.705	100	5.476	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	31/12/2020		31/12/2019	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
AA	84	-	197	-
A	1.108	-	712	-
B	3.476	474	1.287	16
C	2.884	1.564	1.205	859
D	210	530	-	90
E	26	351	30	86
F	11	146	42	34
G	85	64	-	-
H	292	400	-	918
TOTAL	8.176	3.529	3.473	2.003

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	31/12/2020		31/12/2019	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	-	84	-	197	-
A	0,5	1.108	6	712	3
B	1	3.950	40	1.303	13
C	3	4.448	133	2.064	62
D	10	740	74	90	9
E	30	377	113	116	35
F	50	157	78	76	38
G	70	149	104	-	-
H	100	692	692	918	918
TOTAL		11.705	1.240	5.476	1.078

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no Início do Período	1.078	581
Constituição da Provisão	1.233	1.374
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(744)	(488)
(-) Reversão de Provisão	(327)	(389)
Saldo no Fim do Período	1.240	1.078

f) Créditos renegociados:

	31/12/2020	31/12/2019
Renegociação	789	73

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no Início do Período	2.465	2.841
Créditos Baixados como Prejuízo	744	488
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(484)	(518)
(-) Descontos	(67)	(346)
Saldo no Fim do Período	2.658	2.465

h) Garantias:

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito.

4.3 – Outros Valores e Bens

	31/12/2020	31/12/2019
OUTROS VALORES E BENS	4.859	4.855
<u>Bens não de uso próprio</u>	4.789	4.789
23/12/2016 (A) Prédio comercial ACCVSE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	2.040	2.040
23/12/2016 (A) Lote HM1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	1.110	1.110
26/04/2017 (B) Lote HM1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	994	994
21/09/2017 (C) Lote terra área rural TO-010 KM 24 - Fazenda Landi, Palmas-TO	930	930
29/09/2017 (D) Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	237	237
29/09/2017 (E) (-) Ajuste contábil conforme apontamento Banco Central nº 22	-418	-418
Material em Estoque	66	62
Material consumo em Estoque	66	62
Despesas antecipadas	4	4
Prêmio Seguro	4	4
(-) Provisão Desvalorização Outros Valores e Bens	-104	-104
Outros Valores e Bens	-104	-104

A - Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m² dos quais estão averbadas 480,0 m², e os outros 207,20 m² constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de número HM 1.2 E, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m², avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 36 (mil). A título de Evento Subsequente constante na Nota Explicativa 24.1, o Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.798,383 m², foi alienado em data de 05/02/2021.

B - Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33, conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas-TO, com área de 1.683,214 m², avaliado em RS 1.010 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 68 (mil). A título de Evento Subsequente constante na Nota Explicativa 24.1, este Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.683,214 m², foi alienado em data de 05/02/2021.

C - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: Um lote de terras área rural situada na TO – 010 KM 24 – Desmembrada 04 – Fazenda Landi – Loteamento Água Fria – Palmas Estado do Tocantins, coma área de 6,1988ha, com área de reserva legal de 02,1696ha, devidamente averbada sob nº AV03-62.319, Imóvel matriculado sob nº 88.223 de 04/05/2005, avaliada em limite inferior R\$ 900 (mil) e limite superior R\$ 1.027

(mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 930 (mil). Em setembro de 2018, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 391 (mil). A título de Evento Subsequente constante na Nota Explicativa 24.1, a área de terras para construção rural, com área total de 6,1988 ha, foi alienado em data de 05/02/2021.

D - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 103 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, feita em 19/06/2001, avaliado em limite inferior R\$ 124 (mil) e limite superior R\$ 137 (mil); b) Um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 403 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, avaliado em limite inferior R\$ 134 (mil) e limite superior R\$ 148 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 237 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 61 (mil).

E - Em apontamentos feitos pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício 19357/2018-BCB/DESUC, datado de 1º de outubro de 2018, foi requerido o reconhecimento de estimativa de perda ao valor recuperável desses imóveis (referenciados no quadro 4.3, itens “A”, “C” e “D”) no montante de R\$ 418 (mil), por estarem superior ao valor registrado das respectivas operações (Cosif), reconhecido no resultado como despesas não operacionais.

4.4 - Não Circulante – Imobilizado e Intangível e Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

Descrição	Instalações	Móveis e Equipamentos	Veículos	TOTAL
Custo				
<u>em 1º de janeiro de 2020</u>	350	1.123	209	1.683
Adições	0	36	0	36
(-) Baixas	0	0	0	0
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	<u>350</u>	<u>1.159</u>	<u>209</u>	<u>1.718</u>
Depreciação Acumulada				
<i>Taxa de Depreciação anual</i>	10%	10 e 20%	20%	
<u>em 1º de janeiro de 2020</u>	(158)	(855)	(170)	(1.182)
Depreciação Anual	(31)	(75)	(30)	(136)
(-) Baixas Depreciação	0	0	0	0
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	<u>(189)</u>	<u>(930)</u>	<u>(199)</u>	<u>(1.318)</u>
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	161	229	10	400
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	193	269	39	501

Descrição	Software	TOTAL
Custo		
<u>em 1º de janeiro de 2020</u>	224	224
Adições	0	0
(-) Baixas	0	0
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	<u>224</u>	<u>224</u>
Amortização Acumulada		
<i>Taxa de Amortização anual</i>	20%	
<u>em 1º de janeiro de 2020</u>	(209)	(209)
Amortização Trimestral	0	0
(-) Baixas Amortizações	0	0
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	<u>(209)</u>	<u>(209)</u>
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	15	15
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	15	15

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 31 de dezembro de 2020 e 2019, com base nas premissas conhecidas, não apontaram a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGÊNCIA.

5- PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 (mil), conforme contrato 001/2019, Processo nº 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51, como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, pro rata die, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, pro rata die, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência de Fomento.

INSTITUIÇÕES OFICIAIS DO PAÍS	2020	2019
FUNGETUR	10.661	-
Total	10.661	-
Circulante	491	-
Longo prazo	10.170	-

Do montante contratual no *caput*, foi disponibilizado no dia 09/04/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil) e no dia 21/09/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil), havendo negociações de financiamentos junto a mutuários no valor de R\$ 2.747 (mil), conforme distribuição abaixo:

Recurso - FUNGETUR	31/12/2020			31/12/2019		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	29	204	233			
Fungetur Capital de Giro	435	2.079	2.514	-	-	-
Total	464	2.283	2.747	-	-	-

6 - PASSIVO – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Cobranças e arrecadações	31/12/2020	31/12/2019
IOF a recolher	-	4
Subtotal	-	4
Fiscais e previdenciárias	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	5	4
Impostos e contribuições sobre salários	169	114
Outros impostos e contribuições	15	9
Subtotal	189	127
Diversas	31/12/2020	31/12/2019
Provisão despesas pessoal	154	154
Provisão outras despesas administrativas	54	53
Provisão de contingências (Nota 7)	128	114
Credores diversos no país	495	55
Subtotal	831	376
Totais	1.020	507

7 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos e contribuições sociais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para os exercícios 2020 e 2019, as contingências passivas se apresentam em conformidade com o quadro a seguir:

CONTINGÊNCIAS PASSIVA	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado (R\$) mil	Valor Estimado (R\$) mil
				31/12/2020	31/12/2019
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Agronegócio	08.03.2012	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	40	26
Contingência Civil passiva - (Ação de Indenização)	Microcrédito	11.10.2012	PROVÁVEL	31	31
Contingência Civil passiva - (Ação declaratória de Inexistência de Dívida c/c Recuperação de Danos)	Microcrédito	12.08.2013	PROVÁVEL	20	20
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Comércio	14.03.2014	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	32	32
Contingência Trabalhista passiva - (Reclamação Trabalhista)	-	05.07.2017	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	5	5
TOTAL				128	114

8 - PATRIMONIO LIQUIDO

8.1 - Patrimônio Líquido

a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 40.103 mil e integralizado é de 39.996 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	39.862.188,84	39.862.188,84	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FIETO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FAET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	26.823,13	13.279,68
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FACIET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	11.393,15	28.709,66
SICON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	9.682,89	30.419,92
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	40.102.805,70	39.995.688,18	107.117,52

b) **Alteração do Capital no 1º. Semestre de 2020:** Foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de abril de 2020, aporte de capital no valor de R\$ 11.569 mil, provenientes de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações. Até 31 de dezembro de 2020, deste montante foi integralizado R\$ 11.500 mil e a integralizar R\$ 69 mil.

9 - DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(695)	(1.234)	(606)	(1.374)
Provisão desvalorização de outros valores e bens	-	-	-	(104)
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	239	327	269	389
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	188	484	474	518
Despesa de Obrigação por empréstimo e repasses (Nota 5)	(58)	(87)	-	-
Total	(326)	(510)	137	(571)

10 – RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RECEITA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Administração de Fundos Públicos	40	40	-	-
Outras taxas	178	246	52	60
Total	218	286	52	60

11 - DESPESAS DE PESSOAL

DESPESAS DE PESSOAL	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Honorários de Diretores e Conselheiros	168	328	170	270
Benefícios	325	561	261	488
Encargos Sociais	263	552	278	511
Proventos	678	1.361	672	1.250
Treinamentos	1	1	4	6
Estagiários	11	11	0	3
Total	1.446	2.814	1.385	2.528

12 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Água, energia e gás	50	85	41	73
Aluguéis	74	158	84	174
Comunicações	66	95	32	76
Manutenção e conservação de bens	73	152	40	111
Material de expediente	5	11	10	20
Processamento de dados	183	358	173	341
Propaganda e publicidade	1	1	3	6
Publicações	44	133	7	120
Seguro	4	8	4	8
Serviços sistema financeiro	53	97	56	102
Serviços de terceiros	2	3	1	1
Serviço de vigilância e segurança	4	8	5	9
Serviços técnicos especializados	24	39	28	43
Transportes	13	20	18	29
Viagens no país	23	41	101	109
Depreciações e amortizações	68	136	73	209
Outras despesas administrativas	39	75	35	94
Total	726	1.420	711	1.525

13 - PROVISÕES PASSIVAS

PROVISÕES PASSIVAS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Contingências cíveis	59	59	-	-
Contingências trabalhistas	-	-	112	112
Total	59	59	112	112

14 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESPESAS TRIBUTÁRIAS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
ISS	11	14	3	3
COFINS	47	78	32	65
PIS	7	13	5	10
Outros	20	36	6	43
Total	85	141	46	121

15 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Recuperação de encargos e despesas	7	16	35	55
Outras	1	2	1	1
Total	8	18	36	56

16 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Descontos concedidos	6	15	2	64
Outras	41	57	15	37
Total	47	72	17	101

17 - RESULTADO DO PERIODO

Em 2020 as receitas totalizaram R\$ 2.774 (mil), incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo e as despesas totais no valor de R\$ 5.827 (mil), incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, fechando com um prejuízo de R\$ 3.053 (mil) em 2019 foi um prejuízo de R\$ 3.286 (mil).

18 - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 31/12/2020, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 7.367 (mil). A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 11.505 (mil), o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

19 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

20 - SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

21 - RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 37 funcionários, sendo 34 celetistas incluindo a Diretoria Executiva e 3 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

22 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO TOCANTINS – FDESTO.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei nº 3.665 de 12 de maio de 2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 31 de dezembro de 2020, tem um saldo registrado em contas de compensação da Agência de Fomento do Estado do Tocantins no valor de R\$ 4.591 (mil), referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência de Fomento do Estado do Tocantins receberá a título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0.60% a.m, sobre a carteira ativa dos créditos liberados.

23- GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

A Gestão do Risco de Mercado tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

23.1 Risco de Liquidez

A Fomento utiliza níveis adequados de exposição ao risco de mercado e liquidez, de acordo com os limites operacionais aceitáveis, definidos pela Alta Administração, possibilitando a adoção de medidas mitigadoras em tempo hábil, bem como a manutenção de sua liquidez e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de prazos e de moedas, a qual preserva a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo.

23.2 Risco de Crédito

Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Agência de Fomento avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação da carteira de risco das operações de crédito.

23.3 Risco Socioambiental

Em atendimento a resolução 4.327/14, a Fomento dispõe de política socioambiental aprovada pelo Conselho de Administração. A Agência reconhece que suas ações de análise prévia à concessão de empréstimos e financiamentos podem contribuir para a melhoria e mitigação de potenciais riscos, decorrentes de danos socioambientais, eventualmente causados por seus clientes, ou, ainda, por ações de seus stakeholders. Para seu controle, a Agência instituiu a Política de Responsabilidade Socioambiental para identificação de possíveis riscos.

Esta política foi realinhada de acordo com a solicitação realizada pelo Banco Central do Brasil na demanda no SISCOB - Sistema Integrado de Suporte e Comunicação da Supervisão a fim de estar em conformidade com normativas e legislações pertinentes.

23.4 Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Política de Gerenciamento de Capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional e normas complementares.

23.4.1 Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;

III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

23.3.2 Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

23.5 Programa de Testes de Estresse

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva o Programa de Testes de Estresse, que é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e idiossincráticos.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidencia, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de Gerenciamento de Riscos e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

23.6 Declaração de Apetite a Riscos - RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Declaração de Apetite aos Riscos. A RAS contém:

- os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir;
- a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- os objetivos estratégicos da Instituição; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua;

23.7 Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção.

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de Julho de 2012 e Circular BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

23.8 Elaboração da Política de Segurança Cibernética

Foi aprovada em Assembléia Geral do dia 06/04/2020 a Política Cibernética. Esta Política de Segurança Cibernética trata-se de um conjunto formal de regras pelas quais os stakeholders que possuem acesso à tecnologia da empresa e aos ativos de tecnologia da informação devem obedecer.

A política de segurança cibernética atende a vários propósitos. O objetivo principal é informar os usuários da empresa: funcionários, contratados, terceirizados, parceiros e outros usuários autorizados de seus

requisitos obrigatórios para proteger os ativos de tecnologia e de informação da empresa. A política de segurança cibernética descreve os ativos de tecnologia e informações que devemos proteger e identificam muitas das ameaças a esses ativos.

A política de segurança cibernética também descreve as responsabilidades e os privilégios do usuário. O que é considerado uso aceitável? Quais são as regras relativas ao acesso à Internet? A política responde a essas perguntas, descreve as limitações do usuário e informa aos usuários que haverá penalidades por violação da política. Este documento também contém procedimentos para responder a incidentes que ameaçam a segurança dos sistemas de computadores e da rede da empresa.

24- Eventos Subsequentes

24.1 Vendas de Bens Imóveis não de Uso Próprio

Foi lavrada Certidão de Compra e Venda dos Lotes de terrenos, rural e urbano, de parte dos Bens Imóveis não de Uso Próprio, constantes na Nota Explicativa 4.3 acima, em data de 05 de fevereiro de 2021, havendo sinal de pagamento no mês de dezembro de 2020 a título de formalização de intensão da operação, no montante de R\$ 437 (mil) e o saldo restante dividido em parcelas mensais, em conformidade com o quadro demonstrativo abaixo, corrigido de forma anual pela taxa SELIC sobre o saldo devedor, gerando um ganho nominal de R\$ 47 (mil) na operação.

BENS NEGOCIADOS APÓS FECHAMENTO DO BALANÇO				
	Lote HM1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas- TO	Lote HM1.2 F QD Arse 33 Av. LO- 07, Palmas-TO	Lt. terra área rural TO- 010 KM 24-Faz. Landi, Palmas-TO	TOTAIS
Data da operação	05/02/2021	05/02/2021	05/02/2021	
Valor bruto na negociação de venda	989	926	710	2.625
Valor contabil líquido	- 989	- 926	- 663	- 2.578
Outros Custos da operação de venda	-	-	-	-
VALOR LÍQUIDO DA OPERAÇÃO	-	-	47	47
Negociação financeira:				
Parcela inicial	148	139	150	437
Financiamento do saldo devedor:				
- Valor da parcela original	9	8	7	
- Quant. De parcelas	96	96	80	
Valor parcelado a ser corrigida pela SELIC	841	787	560	2.188
VALOR LÍQUIDO A RECEBER	989	926	710	2.625

Os próprios bens encontram-se com pacto adjeto de alienação fiduciária à favor da Agência de Fomento, em garantia ao pagamento da dívida decorrente na venda dos imóveis acima, bem como do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais ou legais, pecuniárias ou não.

24.2 Covid 19

Ainda com relação a eventos subsequentes a Agência de Fomento analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação, tendo em vista que possíveis impactos econômicos advindos da pandemia do COVID 19 em nossas atividades só poderiam trazer reflexos consideráveis, em datas futuras, não tendo base concreta ou confiável para demonstra-los neste momento. Isto posto, no nosso

entendimento, não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas informações contábeis intermediárias.

Palmas, 10 de fevereiro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS

Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO

Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º SEMESTRE DE 2020

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis – 2º Semestre de 2020

Sumário

➤ Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.....	01
➤ Balanço Patrimonial.....	04
➤ Demonstração do Resultado.....	06
➤ Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	07
➤ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	08
➤ Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	09
➤ Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	10



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Senhores,
ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**
Palmas/TO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, que compreendem o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto os efeitos que venha a ocorrer no assunto apontado no parágrafo, “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em data de 31 de dezembro de 2020 e 2019, consta no ativo circulante - “Bens não de uso próprio” no valor de R\$ 4.893 (mil). Em conformidade com a nota 4.3, trata-se de bens imóveis recebidos a título de dação em liquidação de empréstimos e financiamentos dentro das especificações da Circular Bacen nº. 909 e 1273. A título de Eventos Subsequentes ao balanço patrimonial (nota 24.1), parte desses bens foram negociados em venda direta por Leilões, permanecendo ainda pendente o valor líquido de R\$ 2.126 (mil). Esses bens imóveis restantes foram levados à leilões por várias tentativas, sem o devido êxito. Pela retração do mercado imobiliário os valores ofertados em leilões anteriores, denotam sinais evidentes de desvalorizações, havendo a necessidade de realização de novas avaliações para o reconhecimento de prováveis perdas (teste de “*impairment*”), fato não realizado pela Agência até a data do fechamento de nosso exame. Diante disso, ficamos impossibilitados de opinar sobre eventuais efeitos que poderiam ocasionar no aumento do prejuízo apurado no exercício, como também nas mutações do patrimônio líquido e nos fluxos de caixa da Agência de Fomento.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador



e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **AGÊNCIA FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal (RN), 12 de março de 2021.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O



Olegário Mariano Prestrelo Marinho
Contador - Responsável Técnico
CRC/PE nº 9702 "T" RN

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019

ATIVO	Notas	Em R\$ mil	
		2020	2019
CIRCULANTE		21.032	13.066
DISPONIBILIDADES	3.a	38	18
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.1	12.663	6.028
LIVRES		12.663	6.028
Cotas de Fundos de Investimento		12.663	4.301
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculado ao Banco Central		-	1.727
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		3.430	2.164
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	4.2 a	4.670	3.242
(-) Provisão para Operações de Crédito	4.2 d	(1.240)	(1.078)
OUTROS CRÉDITOS		42	1
OUTROS VALORES E BENS	4.3	4.859	4.855
Bens em Regime Especial		-	4.893
Bens Não de Uso Próprio		4.893	
(-) Prov. Dev. Outros Valores e Bens		(104)	(104)
Outros Bens		70	66
NÃO - CIRCULANTE		14.491	2.835
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.075	2.318
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		7.040	84
LIVRES		7.040	84
Títulos de Renda Fixa - LFT	4.1	7.040	84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.2 a	7.035	2.234
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		7.035	2.234
PERMANENTE		416	517
INVESTIMENTOS		1	1
IMOBILIZADO DE USO - Líquido	4.4	400	501
Imobilizado de Uso		1.718	1.683
Depreciações Acumuladas		(1.318)	(1.182)
INTANGÍVEL - Líquido	4.4	15	15
Ativos Intangíveis		224	224
Amortizações Acumuladas		(209)	(209)
TOTAL DO ATIVO		35.523	15.901

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019

PASSIVO	Notas	Em R\$ mil	
		2020	2019
CIRCULANTE		1.511	507
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	491	-
FUNGETUR		491	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6	1.020	507
Cobranças e arrecadações		-	4
Fiscais e Previdenciárias		189	127
Diversas		831	376
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		10.170	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	10.170	-
FUNGETUR		10.170	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.842	15.394
CAPITAL		39.996	28.494
De Domiciliados no País	8.1	40.103	28.533
Ações Ordinárias		40.103	28.533
CAPITAL A REALIZAR (-)		(107)	(39)
Capital a Realizar (-)		(107)	(39)
RESERVAS DE LUCROS		153	153
PREJUÍZO ACUMULADOS		(16.307)	(13.253)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		35.523	15.901

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019

DISCRIMINAÇÃO	Notas	Em R\$ mil			
		2º Semestre de 2020	2020	2º Semestre de 2019	2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		948	1.659	760	1.556
Operações de Créditos		793	1.368	604	1.215
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.1	155	291	156	341
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9	(326)	(510)	137	(571)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(456)	(907)	137	(467)
Provisão desvalorização de outros valores e bens		-	-	-	(104)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		188	484	-	-
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(58)	(87)	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		622	1.149	897	985
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.137)	(4.202)	(2.183)	(4.271)
Receitas de Prestação de Serviços	10	218	286	52	60
Despesas de Pessoal e Honorários	11	(1.446)	(2.814)	(1.385)	(2.528)
Outras Despesas Administrativas	12	(726)	(1.420)	(711)	(1.525)
Provisões Passivas	13	(59)	(59)	(112)	(112)
Despesas Tributárias	14	(85)	(141)	(46)	(121)
Outras Receitas Operacionais	15	8	18	36	56
Outras Despesas Operacionais	16	(47)	(72)	(17)	(101)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO/DIVIDENDOS					
Nº de Ações:		6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
Lucro Líquido por ação:		(0,253)	(0,509)	(0,214)	(0,548)
Valor Patrimonial da Ação		3,97	3,97	2,57	2,57

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019

DISCRIMINAÇÃO	Notas	2º Semestre de 2020	2020	2º Semestre de 2019	Em R\$ mil
					2019
RESULTADO LÍQUIDO	17	(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil			
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS - RESERVA LEGAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	26.789	153	(9.941)	17.001
Resultado do período	-	-	(2.000)	(2.000)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019	26.789	153	(11.941)	15.001
MUTAÇÕES DO PERÍODO			(2.000)	(2.000)
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	1.710			1.710
Capital a Realizar (-)	(5)			(5)
Resultado do período			(1.286)	(1.286)
Ajuste de exercício anterior			(26)	(26)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.494	153	(13.253)	15.394
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.705		(1.312)	393
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	11.569			11.569
Capital a Realizar (-)	(4.269)			(4.269)
Capital Realizado	2			2
Resultado do período			(1.538)	(1.538)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020	35.796	153	(14.791)	21.158
MUTAÇÕES DO PERÍODO	7.302		(1.538)	5.764
Capital Realizado	4.200			4.200
Resultado do período			(1.515)	(1.515)
Ajuste de exercício anterior			(1)	(1)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	39.996	153	(16.307)	23.842
MUTAÇÕES DO PERÍODO	4.200	-	(1.516)	2.684

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e 2019
Metodo Indireto

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil			
	2º Semestre de 2020	2020	2º Semestre de 2019	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.156)	(3.084)	(3.631)	(3.934)
Prejuízo Líquido do exercício	(1.515)	(3.053)	(1.286)	(3.286)
Ajustes para reconciliar o resultado liq. ao caixa gerado pelas Ativ. operacionais:				
Depreciação e amortização	68	136	73	208
Baixa do Imobilizado	-	-	-	-
Ajuste de Exercício anterior	(1)	(1)	(26)	(26)
Prejuízo ajustado	(1.448)	(2.918)	(1.239)	(3.104)
Redução (aumento) de ativos	(5.339,00)	(11.340)	(2.237)	(812)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários	(600)	(5.229)	(1.729)	(1.732)
Redução (aumento) das Operações de Crédito	(4.748)	(6.066)	(569)	804
Redução (aumento) dos Outros Créditos	21	(41)	55	-
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens	(12)	(4)	6	116
Aumento (redução) de passivos	5.631	11.174	(155)	(18)
Aumento (redução) Obrigações por repasses do país	5.335	10.661	-	-
Aumento (redução) Outras Obrigações	296	513	(155)	(18)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	4.200	11.502	1.705	1.705
Aumento de capital	4.200	11.502	1.705	1.705
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(10)	(36)	(18)	(18)
Aplicações no imobilizado	(10)	(36)	(18)	(18)
Aplicações no intangível	-	-	-	-
Aumento/(redução) do Caixa e equivalentes de caixa no período	3.034	8.382	(1.944)	(2.247)
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	9.667	4.319	6.263	6.566
No fim do exercício	12.701	12.701	4.319	4.319
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	3.034	8.382	(1.944)	(2.247)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis dos Exercícios 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização

desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao exercício de 2020, foi dada pela Diretoria em 20 de janeiro de 2021.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de com as normas do Banco Central quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

d) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações



acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas e para processos classificados como Perda remotas para as quais não efetuamos provisões ou divulgação.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.



4 - ATIVO

4.1 - Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais.

Categoria	Prazos	31/12/2020		31/12/2019	
		Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
Títulos Públicos Federal - Vinculado ao Banco Central aumento de capital	01/03/2020	-	-	1.727	16
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	12.663	183	4.301	321
Total Circulante		12.663	183	6.028	337
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	5.888	95	-	-
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	1.152	13	84	4
Total Não Circulante		7.040	108	84	4
Total de Títulos e Valores Mobiliários		19.703	291	6.112	341

Os valores de R\$ 5.888 (mil) e R\$ 1.152 (mil) registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem respectivamente a 547 títulos com vencimento em 01/09/2021 e 107 títulos com vencimento em 01/03/2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diário apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

A aplicação de R\$ 12.663 (mil) em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no exercício de 2,24% correspondente a 82% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica:

Setor Privado	31/12/2020			31/12/2019		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	2.063	2.409	4.472	2.445	1.397	3.842
Microcrédito	2.124	2.322	4.446	789	837	1.626
Turismo	469	2.287	2.756	8	-	8
Indústria	14	17	31	-	-	-
Total	4.670	7.035	11.705	3.242	2.234	5.476

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	31/12/2020		31/12/2019	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	84	1	197	3
A	Até 14 dias	1.108	10	712	13
B	15 e 30 dias	3.950	34	1.303	24
C	31 e 60 dias	4.448	38	2.064	38
D	61 e 90 dias	740	6	90	2
E	91 e 120 dias	377	3	116	2
F	121 e 150 dias	157	1	76	1
G	151 e 180 dias	149	1	-	-
H	Acima de 180 dias	692	6	918	17
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		11.705	100	5.476	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	31/12/2020		31/12/2019	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
AA	84	-	197	-
A	1.108	-	712	-
B	3.476	474	1.287	16
C	2.884	1.564	1.205	859
D	210	530	-	90
E	26	351	30	86
F	11	146	42	34
G	85	64	-	-
H	292	400	-	918
TOTAL	8.176	3.529	3.473	2.003

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	31/12/2020		31/12/2019	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	-	84	-	197	-
A	0,5	1.108	6	712	3
B	1	3.950	40	1.303	13
C	3	4.448	133	2.064	62
D	10	740	74	90	9
E	30	377	113	116	35
F	50	157	78	76	38
G	70	149	104	-	-
H	100	692	692	918	918
TOTAL		11.705	1.240	5.476	1.078

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no Início do Período	1.078	581
Constituição da Provisão	1.233	1.374
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(744)	(488)
(-) Reversão de Provisão	(327)	(389)
Saldo no Fim do Período	1.240	1.078

f) Créditos renegociados:

	31/12/2020	31/12/2019
Renegociação	789	73

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no Início do Período	2.465	2.841
Créditos Baixados como Prejuízo	744	488
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(484)	(518)
(-) Descontos	(67)	(346)
Saldo no Fim do Período	2.658	2.465

h) Garantias:

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito.

4.3 – Outros Valores e Bens

	31/12/2020	31/12/2019
OUTROS VALORES E BENS	4.859	4.855
Bens não de uso próprio	4.789	4.789
23/12/2016 (A) Prédio comercial ACCVSE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	2.040	2.040
23/12/2016 (A) Lote HM1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	1.110	1.110
26/04/2017 (B) Lote HM1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	994	994
21/09/2017 (C) Lote terra área rural TO-010 KM 24 - Fazenda Landi, Palmas-TO	930	930
29/09/2017 (D) Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	237	237
29/09/2017 (E) (-) Ajuste contábil conforme apontamento Banco Central nº 22	-418	-418
Material em Estoque	66	62
Material consumo em Estoque	66	62
Despesas antecipadas	4	4
Prêmio Seguro	4	4
(-) Provisão Desvalorização Outros Valores e Bens	-104	-104
Outros Valores e Bens	-104	-104



A - Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m² dos quais estão averbadas 480,0 m², e os outros 207,20 m² constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de número HM 1.2 E, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m², avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 36 (mil). A título de Evento Subsequente constante na Nota Explicativa 24.1, o Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.798,383 m², foi alienado em data de 05/02/2021.

B - Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33, conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas-TO, com área de 1.683,214 m², avaliado em RS 1.010 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 68 (mil). A título de Evento Subsequente constante na Nota Explicativa 24.1, este Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.683,214 m², foi alienado em data de 05/02/2021.

C - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: Um lote de terras área rural situada na TO – 010 KM 24 – Desmembrada 04 – Fazenda Landi – Loteamento Água Fria – Palmas Estado do Tocantins, com área de 6,1988ha, com área de reserva legal de 02,1696ha, devidamente averbada sob nº AV03-62.319, Imóvel matriculado sob nº 88.223 de 04/05/2005, avaliada em limite inferior R\$ 900 (mil) e limite superior R\$ 1.027 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 930 (mil). Em setembro de 2018, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 391 (mil). A título de Evento Subsequente constante na Nota Explicativa 24.1, a área de terras para construção rural, com área total de 6,1988 ha, foi alienado em data de 05/02/2021.

D - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 103 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, feita em 19/06/2001, avaliado em limite



inferior R\$ 124 (mil) e limite superior R\$ 137 (mil); b) Um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 403 Bloco A do condomínio "RESIDENCIAL SANTIAGO" situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, avaliado em limite inferior R\$ 134 (mil) e limite superior R\$ 148 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 237 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de "impairment", foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 61 (mil).

E - Em apontamentos feitos pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício 19357/2018-BCB/DESUC, datado de 1º de outubro de 2018, foi requerido o reconhecimento de estimativa de perda ao valor recuperável desses imóveis (referenciados no quadro 4.3, itens "A", "C" e "D") no montante de R\$ 418 (mil), por estarem superior ao valor registrado das respectivas operações (Cosif), reconhecido no resultado como despesas não operacionais.

4.4 - Não Circulante – Imobilizado e Intangível e Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

Descrição	Instalações	Móveis e Equipamentos	Veículos	TOTAL
Custo				
<u>em 1º de janeiro de 2020</u>	350	1.123	209	1.683
Adições	0	36	0	36
(-) Baixas	0	0	0	0
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	<u>350</u>	<u>1.159</u>	<u>209</u>	<u>1.718</u>
Depreciação Acumulada				
<i>Taxa de Depreciação anual</i>	10%	10 e 20%	20%	
<u>em 1º de janeiro de 2020</u>	(158)	(855)	(170)	(1.182)
Depreciação Anual	(31)	(75)	(30)	(136)
(-) Baixas Depreciação	0	0	0	0
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	<u>(189)</u>	<u>(930)</u>	<u>(199)</u>	<u>(1.318)</u>
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	161	229	10	400
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	193	269	39	501
Descrição	Software		TOTAL	
Custo				
<u>em 1º de janeiro de 2020</u>	224		224	
Adições	0		0	
(-) Baixas	0		0	
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	<u>224</u>		<u>224</u>	
Amortização Acumulada				
<i>Taxa de Amortização anual</i>	20%			
<u>em 1º de janeiro de 2020</u>	(209)		(209)	
Amortização Trimestral	0		0	
(-) Baixas Amortizações	0		0	
<u>em 31 de dezembro de 2020</u>	<u>(209)</u>		<u>(209)</u>	
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2020	15		15	
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	15		15	

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 31 de dezembro de 2020 e 2019, com base nas premissas conhecidas, não apontaram a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGÊNCIA.

5 - PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 (mil), conforme contrato 001/2019, Processo nº 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51, como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, pro rata die, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, pro rata die, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência de Fomento.

INSTITUIÇÕES OFICIAIS DO PAÍS	2020	2019
FUNGETUR	10.661	-
Total	10.661	-
Circulante	491	-
Longo prazo	10.170	-

Do montante contratual no *caput*, foi disponibilizado no dia 09/04/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil) e no dia 21/09/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil), havendo negociações de financiamentos junto a mutuários no valor de R\$ 2.747 (mil), conforme distribuição abaixo:

Recurso - FUNGETUR	31/12/2020			31/12/2019		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	29	204	233			
Fungetur Capital de Giro	435	2.079	2.514	-	-	-
Total	464	2.283	2.747	-	-	-

6 - PASSIVO – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Cobranças e arrecadações	31/12/2020	31/12/2019
IOF a recolher	-	4
Subtotal	-	4
Fiscais e previdenciárias	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	5	4
Impostos e contribuições sobre salários	169	114
Outros impostos e contribuições	15	9
Subtotal	189	127
Diversas	31/12/2020	31/12/2019
Provisão despesas pessoal	154	154
Provisão outras despesas administrativas	54	53
Provisão de contingências (Nota 7)	128	114
Credores diversos no país	495	55
Subtotal	831	376
Totais	1.020	507

7 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos e contribuições sociais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para os exercício 2020 e 2019, as contingências passivas se apresentam em conformidade com o quadro a seguir:

CONTINGÊNCIAS PASSIVA	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado (R\$) mil	Valor Estimado (R\$) mil
				31/12/2020	31/12/2019
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Agronegócio	08.03.2012	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	40	26
Contingência Civil passiva - (Ação de Indenização)	Microcrédito	11.10.2012	PROVÁVEL	31	31
Contingência Civil passiva - (Ação declaratória de Inexistência de Dívida c/c Recuperação de Danos)	Microcrédito	12.08.2013	PROVÁVEL	20	20
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Comércio	14.03.2014	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	32	32
Contingência Trabalhista passiva - (Reclamação Trabalhista)	-	05.07.2017	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	5	5
TOTAL				128	114

8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social subscrito em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 40.103 mil e integralizado é de 39.996 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.



ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	39.862.188,84	39.862.188,84	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FIETO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FAET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	26.823,13	13.279,68
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FACIET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	11.393,15	28.709,66
SICON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	9.682,89	30.419,92
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	40.102.805,70	39.995.688,18	107.117,52

b) Alteração do Capital no 1º. Semestre de 2020: Foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de abril de 2020, aporte de capital no valor de R\$ 11.569 mil, provenientes de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações. Até 31 de dezembro de 2020, deste montante foi integralizado R\$ 11.500 mil e a integralizar R\$ 69 mil.

9 - DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2º Semestre 2020	2º Semestre 2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(695)	(1.374)
Provisão desvalorização de outros valores e bens	-	(104)
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	239	389
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	188	518
Despesa de Obrigação por empréstimo e repasses (Nota 5)	(58)	-
Total	(326)	(571)

10 – RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RECEITA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2º Semestre 2020	2º Semestre 2019
Administração de Fundos Públicos	40	-
Outras taxas	178	60
Total	218	60

11 - DESPESAS DE PESSOAL

DESPESAS DE PESSOAL	2º Semestre 2020	2º Semestre 2019
Honorários de Diretores e Conselheiros	168	270
Benefícios	325	488
Encargos Sociais	263	511
Proventos	678	1.250
Treinamentos	1	6
Estagiários	11	3
Total	1.446	2.528

12 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Água, energia e gás	50	85	41	73
Aluguéis	74	158	84	174
Comunicações	66	95	32	76
Manutenção e conservação de bens	73	152	40	111
Material de expediente	5	11	10	20
Processamento de dados	183	358	173	341
Propaganda e publicidade	1	1	3	6
Publicações	44	133	7	120
Seguro	4	8	4	8
Serviços sistema financeiro	53	97	56	102
Serviços de terceiros	2	3	1	1
Serviço de vigilância e segurança	4	8	5	9
Serviços técnicos especializados	24	39	28	43
Transportes	13	20	18	29
Viagens no país	23	41	101	109
Depreciações e amortizações	68	136	73	209
Outras despesas administrativas	39	75	35	94
Total	726	1.420	711	1.525

13 - PROVISÕES PASSIVAS

PROVISÕES PASSIVAS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Contingências cíveis	59	59	-	-
Contingências trabalhistas	-	-	112	112
Total	59	59	112	112

14 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESPESAS TRIBUTÁRIAS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
ISS	11	14	3	3
COFINS	47	78	32	65
PIS	7	13	5	10
Outros	20	36	6	43
Total	85	141	46	121

15 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Recuperação de encargos e despesas	7	16	35	55
Outras	1	2	1	1
Total	8	18	36	56



16 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2º Semestre	2020	2º Semestre	2019
Descontos concedidos	6	15	2	64
Outras	41	57	15	37
Total	47	72	17	101

17 - RESULTADO DO PERIODO

Em 2020 as receitas totalizaram R\$ 2.774 (mil), incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo e as despesas totais no valor de R\$ 5.827 (mil), incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, fechando com um prejuízo de R\$ 3.053 (mil) em 2019 foi um prejuízo de R\$ 3.286 (mil).

18 - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 31/12/2020, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 7.367 (mil). A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 11.505 (mil), o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

19 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

20 - SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

21 - RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 37 funcionários, sendo 34 celetistas incluindo a Diretoria Executiva e 3 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.



22 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO TOCANTINS – FDESTO.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei nº 3.665 de 12 de maio de 2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 31 de dezembro de 2020, tem um saldo registrado em contas de compensação da Agência de Fomento do Estado do Tocantins no valor de R\$ 4.591 (mil), referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência de Fomento do Estado do Tocantins receberá a título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0.60% a.m, sobre a carteira ativa dos créditos liberados.

23- GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

A Gestão do Risco de Mercado tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

23.1 Risco de Liquidez

A Fomento utiliza níveis adequados de exposição ao risco de mercado e liquidez, de acordo com os limites operacionais aceitáveis, definidos pela Alta Administração, possibilitando a adoção de medidas mitigadoras em tempo hábil, bem como a manutenção de sua liquidez e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de prazos e de moedas, a qual preserva a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo.

23.2 Risco de Crédito

Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Agência de Fomento avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação da carteira de risco das operações de crédito.

23.3 Risco Socioambiental

Em atendimento a resolução 4.327/14, a Fomento dispõe de política socioambiental aprovada pelo Conselho de Administração. A Agência reconhece que suas ações de análise prévia à concessão de empréstimos e financiamentos podem contribuir para a melhoria e mitigação de



potenciais riscos, decorrentes de danos socioambientais, eventualmente causados por seus clientes, ou, ainda, por ações de seus stakeholders. Para seu controle, a Agência instituiu a Política de Responsabilidade Socioambiental para identificação de possíveis riscos.

Esta política foi realinhada de acordo com as solicitações realizadas pelo Banco Central do Brasil na demanda no SISCOM - Sistema Integrado de Suporte e Comunicação da Supervisão a fim de estar em conformidade com normativas e legislações pertinentes.

23.4 Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Política de Gerenciamento de Capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional e normas complementares.

23.4.1 Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

23.3.2 Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

23.5 Programa de Testes de Estresse

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva o Programa de Testes de Estresse, que é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e idiossincráticos.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidência, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de Gerenciamento de Riscos e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.



23.6 Declaração de Apetite a Riscos - RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Declaração de Apetite aos Riscos. A RAS contém:

- os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir;
- a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- os objetivos estratégicos da Instituição; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua;

23.7 Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção.

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de Julho de 2012 e Circular BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

23.8 Elaboração da Política de Segurança Cibernética

Foi aprovada em Assembléia Geral do dia 06/04/2020 a Política Cibernética. Esta Política de Segurança Cibernética trata-se de um conjunto formal de regras pelas quais os stakeholders que possuem acesso à tecnologia da empresa e aos ativos de tecnologia da informação devem obedecer.

A política de segurança cibernética atende a vários propósitos. O objetivo principal é informar os usuários da empresa: funcionários, contratados, terceirizados, parceiros e outros usuários autorizados de seus requisitos obrigatórios para proteger os ativos de tecnologia e de informação da empresa. A política de segurança cibernética descreve os ativos de tecnologia e informações que devemos proteger e identificam muitas das ameaças a esses ativos.

A política de segurança cibernética também descreve as responsabilidades e os privilégios do usuário. O que é considerado uso aceitável? Quais são as regras relativas ao acesso à Internet? A política responde a essas perguntas, descreve as limitações do usuário e informa aos usuários que haverá penalidades por violação da política. Este documento também contém procedimentos para responder a incidentes que ameaçam a segurança dos sistemas de computadores e da rede da empresa.

24 - Eventos Subsequentes

24.1 Vendas de Bens Imóveis não de Uso Próprio

Foi lavrada Certidão de Compra e Venda dos Lotes de terrenos, rural e urbano, de parte dos Bens Imóveis não de Uso Próprio, constantes na Nota Explicativa 4.3 acima, em data de 05 de fevereiro de 2021, havendo sinal de pagamento no mês de dezembro de 2020 a título de formalização de intensão da operação, no montante de R\$ 437 (mil) e o saldo restante dividido em parcelas mensais, em conformidade com o quadro demonstrativo abaixo, corrigido de forma anual pela taxa SELIC sobre o saldo devedor, gerando um ganho nominal de R\$ 47 (mil) na operação.



	BENS NEGOCIADOS APÓS FECHAMENTO DO BALANÇO			TOTAIS
	Lote HM1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	Lote HM1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	Lt. terra área rural TO-010 KM 24-Faz. Landi, Palmas-TO	
Data da operação	05/02/2021	05/02/2021	05/02/2021	
Valor bruto na negociação de venda	989	926	710	2.625
Valor contábil líquido	- 989	- 926	- 663	- 2.578
Outros Custos da operação de venda	-	-	-	-
VALOR LÍQUIDO DA OPERAÇÃO	-	-	47	47
Negociação financeira:				
Parcela inicial	148	139	150	437
Financiamento do saldo devedor:				
- Valor da parcela original	9	8	7	
- Quant. De parcelas	96	96	80	
Valor parcelado a ser corrigida pela SELIC	841	787	560	2.188
VALOR LÍQUIDO A RECEBER	989	926	710	2.625

Os próprios bens encontram-se com pacto adjeto de alienação fiduciária à favor da Agência de Fomento, em garantia ao pagamento da dívida decorrente na venda dos imóveis acima, bem como do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais ou legais, pecuniárias ou não.

24.2 Covid 19

Ainda com relação a eventos subsequentes a Agência de Fomento analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação, tendo em vista que possíveis impactos econômicos advindos da pandemia do COVID 19 em nossas atividades só poderiam trazer reflexos consideráveis, em datas futuras, não tendo base concreta ou confiável para demonstra-los neste momento. Isto posto, no nosso entendimento, não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas informações contábeis intermediárias.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 24 de março de 2021, cumprindo o que determina a Lei 6.404/76, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2020, apreciou o Relatório da Administração, as Notas Explicativas, o parecer da Auditoria Independente e demais documentos e informações referentes ao término do exercício. Assim sendo, à vista dos documentos apresentados e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S – AUDITORES INDEPENDENTES, o Conselho Fiscal entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 24 de março de 2021.

JOSÉ PEDRO DIAS

LEITE

Presidente

FRANCISCO ALMEIDA

COSTA

Membro

BRUNO BARRETO

CESARINO

Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 26 de março de 2021, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2020, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do exercício e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S – AUDITORES INDEPENDENTES, entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 26 de março de 2021.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Presidente

CLERSON DALVANI REIS

Vice Presidente

ALESSANDRO DIVINO C. DA SILVA

Membro

ANDERSON LUIZ JUSTINO MARTINS

Membro

CLEOMAR ARRUDA SILVA

Membro

LUIZ CARLOS CARNEIRO

Membro